

17 de agosto de 2016

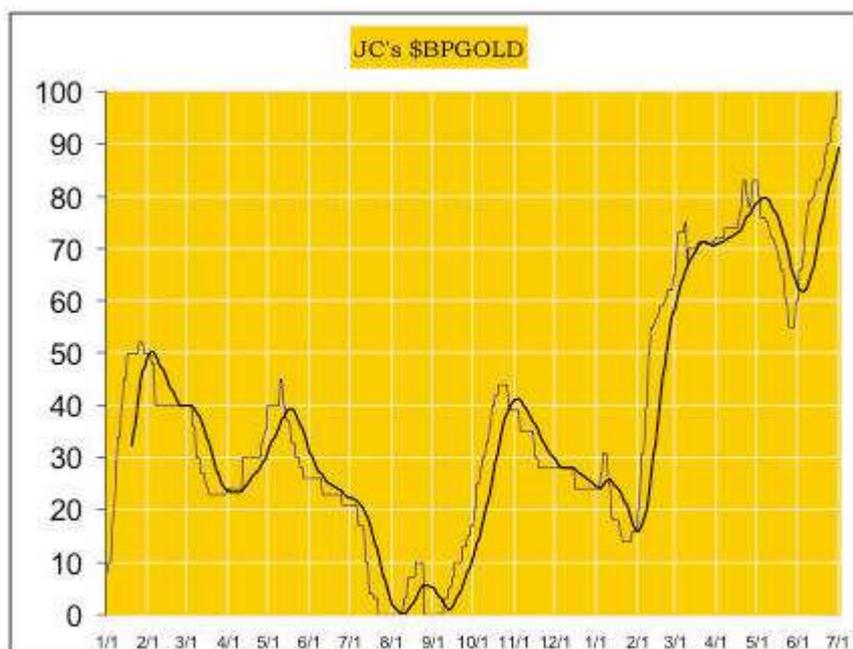
O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira



GOLD BULL CONFIRMED: WHAT'S NEXT?

Technical analyst Jack Chan confirms a bull market for gold and lays out his investment strategy.



Our proprietary cycle indicator reached 100%, which is the highest level ever. It cannot go higher, but prices can remain firm at current levels.



Speculation according to COT data is now back at bull market values.

Summary

A bull market in gold and silver is now confirmed, but for risk management, we shall wait for the next cycle bottom to begin accumulating positions for the long term. A multiweek correction is long overdue and can start anytime.

Jack Chan is the editor of simply profits at www.simplyprofits.org, established in 2006. Chan bought his first mining stock, Hoko Exploration, in 1979, and has been active in the markets for the past 37 years. Technical analysis has helped him filter out the noise and focus on the when, and leave the why to the fundamental analysts. His proprietary trading models have enabled him to identify the NASDAQ top in 2000, the new gold bull market in 2001, the stock market top in 2007, and the U.S. dollar bottom in 2011.

Want to read more Gold Report interviews like this? Sign up for our free e-newsletter, and you'll learn when new articles have been published. To see a list of recent interviews with industry analysts and commentators, visit our [Streetwise Interviews](#) page.

Autor(es): Jack Chan

Fonte: Mining.com

Data: 12/07/2016



SEMINÁRIO DISCUTE MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

A mineração em terras indígenas é um dos temas que serão debatidos na quarta edição do Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (Sicasa). O evento será realizado do dia 19 ao dia 22 de setembro, na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Outros temas como uso sustentável das florestas e geodiversidade também estão em pauta.

O seminário neste ano tem como tema “Amazônia 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável”. Além dos debates, segundo os organizadores, o evento terá momentos de “avaliação crítica sobre a produção intelectual e a contribuição da academia à sustentabilidade das sociedades amazônicas”. Estudantes de graduação e pós-graduação podem submeter trabalhos relacionados com o tema até o dia 31 de julho.

De acordo com o coordenador geral do Sicasa, professor Henrique Pereira, a programação do seminário terá como objetivo debater a agenda internacional em uma escala regional. “Teremos como referência o documento da agenda 2030 da ONU, que atualiza os objetos do milênio. Neles estão listados os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e retratam a carta da Rio +20. Além disso, a academia vem a público dizer o que a instituição pode contribuir para esse desenvolvimento através da produção científica”, disse Pereira à imprensa local.

O evento reunirá docentes e discente representantes dos programas de pós-graduação, de redes e grupos de pesquisa da área interdisciplinar e das ciências ambientais com trabalhos na Amazônia.

O Sicasa acontecerá paralelamente ao 1º Encontro Amazônico da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas Amazônia). “Vamos realizar o evento regional a partir deste ano pela necessidade de divulgação de trabalhos que são intensamente produzidos e precisam de divulgação. Além disso, o encontro regional criará mais espaços para o debate, consideramos importante esse debate para a sociedade”, declarou o coordenador do evento.

O seminário é uma realização dos programas de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sociedade e Cultura da Amazônia da Ufam e tem o apoio do Exército, da Rede de Estudos dos Agroecossistemas Amazônicos (Reaa) e da Fundação Capes. Informações sobre o seminário podem ser obtidas pela página do evento www.facebook.com/seminariodoambiente ou pelo e-mail: sicasa.anppas@gmail.com. As informações são da imprensa local.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 25/07/2016



HÁ GRANDE POTENCIAL NA MINERAÇÃO E PRECISAMOS ATRAIR INVESTIMENTOS, DIZ MINISTRO DE MINAS E ENERGIA

O Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, quer estimular os investimentos em mineração no país, criando ambiente de negócios propício para atrair recursos ao setor, para gerar mais emprego e renda. Coelho Filho participou do lançamento do livro “Panorama da Mineração em Minas Gerais”, na segunda-feira (8/8), em Belo Horizonte (MG).

Participaram do evento do secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Vicente Lôbo; o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Victor Bicca; e o diretor-presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Eduardo Ledsham.

“Muito ainda falta de nós para que o investimento possa vir. Se pegarmos os dados do setor, podemos ver que ainda estamos apenas arranhando a superfície do nosso potencial, ainda temos uma longa estrada para poder percorrer”, disse o ministro.

A construção de um ambiente de negócios mais favorável é uma das prioridades da sua gestão à frente do Ministério, disse o ministro. Para isso, o diálogo com o setor está reaberto, para reaproximar empresas e governo.

Para o ministro, neste novo momento do país, com redução do espaço do governo no investimento, é fundamental se criar o ambiente de atração de negócios, evitando que esses recursos migrem para outros países.

“Estamos falando de um setor que é de investimento estritamente privado, é tudo isso que o país está precisando nesse momento, seja pela situação de dificuldades das contas públicas, em todos os níveis, federal, estadual, municipal. Nós precisamos criar um ambiente mais favorável possível para esses investimentos. Estamos vendo outros países ganhando espaço na mineração.”

Argentina, Peru, Chile, Colômbia tem passado na nossa frente, e nós temos a determinação de criar esse ambiente e voltar a atrair investimentos para o país”, afirmou Coelho Filho a jornalistas antes do evento.

A publicação “Panorama da Mineração em Minas Gerais” é fruto de uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e de Metais Básicos (SINFERBASE) e do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais (SINDIEXTRA). A publicação conta a trajetória da mineração em Minas Gerais, abordando os aspectos socioeconômicos, demográficos, geográficos, ambientais e históricos.

Visita à Mina Cuiabá Pela manhã, o ministro visitou a Mina Cuiabá, em Sabará, operada pela empresa AngloGold Ashanti. Essa é uma das unidades da mineradora no país, que em 2015 produziu em suas três unidades 540 mil onças de minério.

A AngloGold Ashanti Brasil possui três unidades de negócio: duas em Minas Gerais – Córrego do Sítio (Santa Bárbara) e Cuiabá-Lamego (Sabará/Nova Lima) – e uma em Goiás, a mineração Serra Grande, localizada na cidade de Crixás.

Mineração em Minas Gerais Minas Gerais é o principal estado minerador do País, responsável por mais de 50% da produção brasileira de metálicos e por cerca de 30% de todos os minérios extraídos em nosso território. Em 2014, Minas Gerais foi responsável por mais de 50% das exportações de minério de ferro do País, carro-chefe da mineração brasileira. O total das exportações de bens minerais realizadas por Minas Gerais em 2014 foi de US\$ 14 bilhões, o que representou 48% de todas as exportações do estado no ano.

A atividade de mineração está presente em mais de 250 municípios mineiros e dos dez maiores municípios mineradores, sete estão em Minas Gerais. Há no estado mais de 300 minas em operação. Das 100 maiores minas do Brasil, 40 estão localizadas em Minas Gerais.

Fonte: CPRM

Data: 11/08/2016



S11D VAI ACRESCENTAR 75MTPA AO MERCADO GLOBAL DE MINÉRIO DE FERRO

O diretor executivo de Ferrosos da Vale, Peter Poppinga, disse que apesar de a capacidade do projeto de minério de ferro S11D, no Pará, ser de 90 milhões de toneladas por ano (Mtpa), o empreendimento vai acrescentar, ao mercado transoceânico, cerca de 75 Mtpa.

“Atualmente estamos produzindo, no sistema norte, a um ritmo de 155 milhões de toneladas por ano. Nos próximos anos, o ramp-up do projeto S11D vai alcançar a capacidade nominal de 90 milhões de toneladas e a capacidade da ferrovia vai aumentar para 230 milhões de toneladas por ano. Isso vai acrescentar 75 milhões de toneladas ao mercado transoceânico de minério de ferro na comparação com a situação atual”, disse ele em entrevista ao jornal australiano The Australian Financial Review.

A Vale está na fase final para concluir a expansão do complexo de Carajás com a construção do S11D, um projeto de US\$ 14,5 bilhões que inclui mina, plantas de tratamento, ramal ferrovia, duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e mais um píer no Terminal Portuário de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

“Isso não vai acontecer em um único ano, mas ao longo de mais de três anos. Não são 90 milhões de toneladas de incremento líquido, mas sim 75 milhões de toneladas”, disse o executivo. Segundo Poppinga, o impacto do projeto no mercado mundial será mais sutil do que o esperado por analistas, porque a capacidade de transporte ferroviário não vai crescer tanto quanto a capacidade de lavra.

O projeto da Vale é um dos fatores de expansão global da produção de minério de ferro frequentemente citado por analistas com um risco para o balanço de demanda e oferta. Outro projeto citado é a mina australiana de Roy Hill, que está em ramp-up e vai produzir 55 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Segundo a publicação australiana, os comentários podem mitigar os receios quanto ao impacto dessa nova oferta no mercado e nos preços do minério de ferro.

Enquanto mais da metade da produção do S11D será vendida em mercados asiáticos, Poppinga declara que uma parte considerável será entregue em outros mercados. “Nem tudo ira para a Ásia”, diz o executivo.

A afirmação está alinhada à estratégia comercial da mineradora que, em 2015, vendeu 46% da produção de minério a outros países que não a China. A Europa recebeu 15% da produção da Vale, enquanto 11% ficaram com consumidores domésticos.

“A construção do S11D não vai desacelerar, nos temos 90% de avanço físico na mina e 70% na infraestrutura logística. Já estamos na fase de comissionamento e vamos começar a produção no fim deste ano em uma das três linhas de produção”, disse o diretor.

A área de minério de ferro da Vale informou, no segundo trimestre o custo operacional, conhecido como C1, de US\$ 13,20 a tonelada e, segundo Poppinga, esse valor vai cair ainda mais com o S11D. “Nosso ponto de break-even está atualmente em US\$ 28,50 por tonelada e, se adicionamos também o investimento em capital corrente chega a cerca de US\$ 30 a tonelada. Esse número está previsto para cair a US\$ 25 a tonelada nos próximos anos assim que toda a cadeia de valor seja otimizada”, diz ele.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 08/08/2016

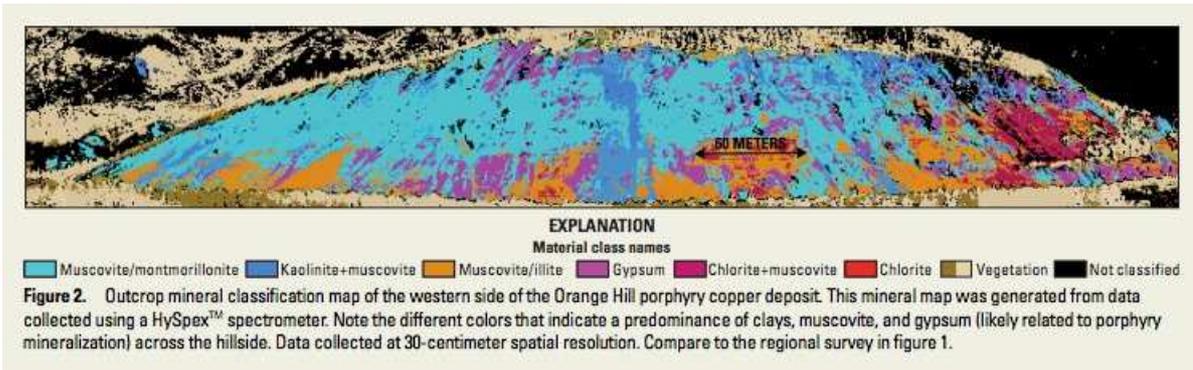


RESEARCHERS DO HYPERSPECTRAL SURVEYS TO SEARCH FOR COPPER IN ALASKA

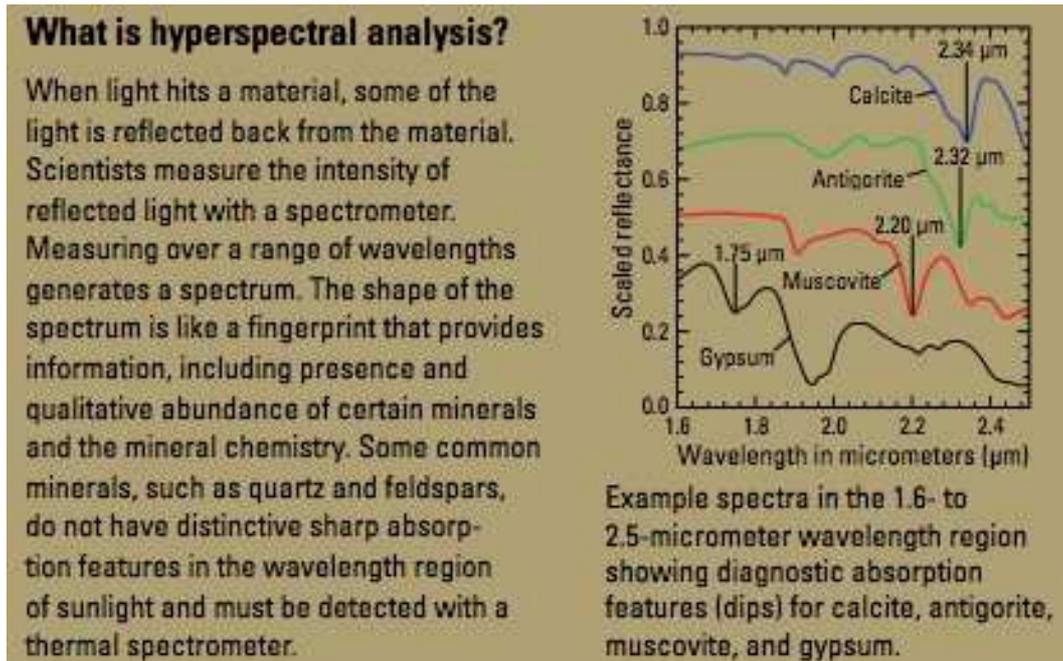
The U.S. Geological Survey is using a familiar exploration technology to search for copper deposits in remote locations of Alaska.

Starting in 2014, researchers with USGS began studying the remote eastern Alaskan Range where copper porphyry deposits are known to exist, using hyperspectral surveying. The technique employs aircraft equipped with instruments that emit light. When the light hits a material, some of the light is reflected back, allowing scientists to measure it with a spectrometer. The shape of the spectrum is like a fingerprint that reveals the chemical composition of the rocks.

“We wanted to push the application of the technology in jagged terrain that poses challenges for aiming and aligning sensors and other equipment,” Raymond Kokaly, a research geophysicist at the U.S. Geological Survey (USGS) Crustal Geophysics and Geochemistry Science Center in Denver, CO, and lead author on the study, told EOS, a site published by the American Geophysical Union that covers earth and space science news.



Screenshot capture of USGS Fact Sheet.



In Alaska the geophysicists were specifically searching for the mineral muscovite, which is known to be associated with copper porphyries.

"In collaboration with the Alaska Division of Geological and Geophysical Surveys, the University of Alaska Fairbanks, and the National Park Service, the USGS is collecting and analyzing hyperspectral data with the goals of enhancing geologic mapping and developing methods to identify and characterize mineral deposits elsewhere in Alaska," reads a fact sheet of the program written by the team.

After two days of flying over the area, a total of 1,900 square kilometres, the team mapped locations where muscovite was present in various quantities. The locations were then compared to known copper deposits, looking for patterns in the wavelengths of light that had been reflected back to the instruments. They found the densest muscovite deposits correlated with the known porphyries.

Kokaly told EOS that if the technique proves reliable, they may use hyperspectral imaging to explore for other minerals including gold and silver.

Autor(es): Andrew Topf

Fonte: Mining.com

Data: 15/07/2016

J.P.Morgan

VALE ON (VALE US)

Straight from the call: cost cutting and divestitures are top priority on management's agenda

We just came out of Vale's 2Q16 earnings call and wanted to share the key points that were discussed by senior management.

- Cost cutting continues to be core on the business agenda. (a) On the iron ore division, Vale continues to work on improving its position in the cost curve. In the next couple of years there are three relevant initiatives that should yield material results: (i) increased use of dry processing, moving from 40% today to 70% in the future, lowering beneficiation costs and lowering demand for dam capacity; (ii) focus on blending to improve pricing realization; (iii) optimization of the value chain. Vale's targets are C1 costs of \$10/ton and delivered in China of \$25/ton. (b) On base metals, Vale benefited from lower energy costs in this quarter (seasonal), but has been working on continuous improvements efforts across the board. (c) On the coal division, management is very positive on Moatize and Nacala ramp up process. Transportation costs were at \$55/t and should trend down to \$20/t as the ramp up is delivered. Also ramping up at the mine, but management is positive on a sequential and significant cost reduction throughout the ramp up period.

- Divestitures remain high priority on the agenda, 3 transactions on the horizon. Vale expects to announce a new divestiture in a week, another one on the second half of the year and a third, which is less mature at this point, in the beginning of 2017. No further details were provided on these. In any case, we believe that this is evidence that divestitures have not lost steam despite the stronger commodity pricing environment.

- Dividends? Not a priority, focus is on reducing leverage. The focus is to have the balance sheet ready to face any pricing scenario for commodities. However, management acknowledges that it is important to maintain a minimum level to remain an attractive investment to dividend funds.

- Chinese steel industry. Inventories of iron ore are high at ports, but low at the value chain. In addition, steel inventories are low, despite recent record production levels, suggesting that demand in China is strong. Management does not see iron ore prices below \$50/ton in the coming months. Pellets markets are even more heated, with BF and DRI premiums above \$30/t and \$40/t, respectively. Vale may consider restarting 2 smaller pellet plants in Brazil.

- Moatize transaction moving forward. The Moatize government already approved the terms of the deal, and Vale is finalizing talks with the Malawi government while banks remain on board. The agreement with Mitsui remains in place – may announce small adjustments, but those will be made public in the future.

- Samarco update. Management continues to work on a solution that deals with the core issue here, which is finding a solution to the waste from the mining activity. Vale has assets that may help Samarco on this process. However, a final solution should take some more time to come.

•VNC update. Management continues to work on reducing variable costs and maintaining stability on operations. In this direction, the company is working towards increasing production in the second half of 2016 (3.5-4.0Kt/month), so that costs could eventually go down to around \$10K/ton, which would allow it to break even at current market prices.

Investment Thesis

The challenge ahead of Vale seems less defying now as iron ore prices have been supportive and management actions to curb costs and increase profitability have shown positive results. Bridging the negative FCF period seems now a lot more manageable. However, we maintain our Neutral rating on Vale's shares as we remain bearish on iron ore prices in the short to medium term and as valuations remain fair.

Valuation

We use a discounted cash flow approach for our valuation of Vale. In our DCF, we utilize a WACC of 11.3% (13.1% cost of equity and a 5.9% after-tax cost of debt) and a 2.5% growth rate in perpetuity, and we arrive at a fair value range of \$4.2-\$4.8/ADR for Vale PNs. Our \$5.0/ADR PT for Vale ONs implies a 15% premium vs. the mid-point of the fair value range of the PNs, in line with the historical average premium.

Risks to Rating and Price Target

Key upside risks are a quicker than expected recovery in iron ore and nickel prices, while a key downside risk is weaker than expected iron ore and nickel prices. Other key upside risks are stronger than expected global economic growth, further weakening of BRL as it would lower costs and capex, while on the other hand, slower than expected global economic growth and a stronger than expected BRL present downside risks to our estimates. We also believe that political noise and material delays and/or cost run-ups in Vale's expansion projects, as well as higher operating costs due to bottlenecks, could add downside risk to our estimates, while better than expected execution and success in lowering costs below expectations would present upside risks.

Fonte: J.P Morgan

Data: 28/07/2016



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EMPOSSA NOVO DIRETOR- PRESIDENTE DA CPRM

O Conselho de Administração do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) elegeu nesta segunda-feira (01/8), em Brasília, o geólogo Eduardo Jorge Ledsham como novo diretor-presidente da CPRM. Eduardo Ledsham substitui o geólogo Manoel Barretto, que esteve a frente da presidência durante 5 anos, desde 2011. Barretto ingressou na empresa em 2003 como diretor de Geologia e Recursos Minerais.

A reunião contou com a presença do presidente do Conselho, Carlos Nogueira, das conselheiras Janaina Gomes Pires e Ladice Peixoto e dos conselheiros Manoel Barretto, Telton Correa e Eduardo Alencar, além do secretário-geral da CPRM, Palmiro Franco Capone. O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (MME), Vicente Lobo participou da reunião.

Eduardo Jorge Ledsham é formado em geologia pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1985. Possui MBA em Finanças/IBMEC no Rio de Janeiro (1994), pós-graduação em avaliação de Empresas e Projetos na FGV no Rio de Janeiro (1996) e MBA em Gestão na Fundação Dom Cabral, em Belo Horizonte (1997). Especializou-se em Gestão e Liderança no IMD na Suíça (2007) e no MIT nos Estados Unidos (2005). Possui também especialização em Estratégia e Avaliação Econômica na Wharton School, nos Estados Unidos (2000).

Além de suas atribuições legais, compete ao Conselho de Administração da CPRM deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto. O Conselho é composto de um presidente, nomeado pelo Presidente da República; do diretor-presidente da CPRM e de mais três membros eleitos pela Assembleia Geral, e um membro eleito pelos empregados.

Fonte: CPRM

Data: 01/08/2016



DRONES E ROBÔS TORNAM MINERAÇÃO MAIS PRODUTIVA

Durante os altos e baixos de vários ciclos econômicos, um aspecto da mineração se manteve estável: o exército de motoristas de caminhões transportando o minério de ferro retirado de minas profundas e túneis subterrâneos. Mas, agora, a mineradora anglo-australiana BHP Billiton Ltd. está testando uma tecnologia que pode mudar esse cenário.

Em Port Hedland, que abriga um extenso porto na região remota de Pilbara, na Austrália Ocidental, uma esteira transportadora de 200 metros de extensão carrega mais de 10 mil toneladas de minério de ferro por hora até navios de carga com destino à China e ao Japão. A BHP espera que a tecnologia, que começou a operar na semana passada, após meses em desenvolvimento, dê uma outra dimensão à sua campanha para elevar a produtividade, que já gerou uma economia anual de US\$ 10 bilhões.

Uma queda expressiva nos preços das commodities nos últimos cinco anos afetou o lucro da indústria da mineração, levando a BHP e suas rivais, entre elas a Vale SA e a também a anglo-australiana Rio Tinto PLC, a buscar formas de reduzir o custo de operação de suas minas.

A primeira onda de corte de custos se concentrou na demissão de trabalhadores, fechamento de minas deficitárias em países como Austrália e Canadá e cortes de investimentos na exploração de novos depósitos minerais. Mas as empresas

também investiram mais no desenvolvimento de tecnologias que podem ajudá-las a chegar a lugares mais remotos, escavar veios mais profundos e levar o minério mais rapidamente ao mercado.

Sistemas motorizados de esteiras de transporte na Ilha Finucane, adjacente a Port Hedland, estão entre as várias ideias sendo analisadas pela BHP. Supercomputadores e drones com sensores militares, capazes de elaborar mapas tridimensionais de uma mina em tempo real, também desempenharão um papel importante no futuro da mineração, disse Diane Jurgens, diretora de tecnologia da empresa e ex-engenheira da Boeing Co. Embora as mineradoras usem esteiras de transporte em suas minas há muito tempo, elas sempre tiveram atuação limitada. Os sistemas tradicionais empregam polias nas duas extremidades para movimentar a esteira, o que significa que elas são adequadas só para pequenas distâncias. A BHP afirma que seu novo modelo - que torna a montagem e a operação das esteiras mais baratas e é mais fácil de controlar - pode ampliar esses limites, conectando minas profundas e túneis subterrâneos com as fábricas de processamento e os pátios das ferrovias.

As novas técnicas "potencialmente mudam a forma como exploramos o subsolo", disse Jurgens em uma entrevista ao The Wall Street Journal.

A executiva está ansiosa para testar a tecnologia na mina de cobre Escondida, no Chile, onde há um depósito com mais de 540 metros de profundidade, e no projeto de potássio Jansen, no Canadá, onde a BHP está investindo bilhões de dólares para explorar veios 800 metros abaixo da superfície.

Esteiras motorizadas também ajudam a mineradora a separar o valioso minério do refugo mais rapidamente. Com o material "espalhado na esteira, é muito mais fácil fazer [a separação] do que despejar 200 mil toneladas na carroceria de um caminhão", diz ela.

A BHP não é a única a apostar na automação para tarefas que antes exigiam uma equipe treinada de mineiros. Durante os anos de alta nos lucros do setor - impulsionados pela crescente demanda da China por commodities como minério de ferro e carvão - os salários dos funcionários dispararam. No auge, motoristas de caminhão e operadores de brocas de perfuração na região de Pilbara podiam ganhar até US\$ 200 mil por ano.

O histórico do setor em inovação, porém, não é dos melhores.

A Rio Tinto tinha planos de colocar em operação, no ano passado, trens com direção autônoma para transportar minério das minas de Pilbara até os portos, mas a tecnologia não foi aprovada nos testes finais. O atraso levou a empresa a reduzir sua estimativa de produção de minério de ferro em 2017.

"As empresas de mineração são avessas ao risco por natureza", diz David Cormack, líder da área de mineração na consultoria Deloitte. "Um pequeno atraso operacional provocado por um novo processo ou uma nova tecnologia pode se tornar um obstáculo."

A indústria obteve melhores resultados com centros de operação remota, que permitem que as mineradoras monitorem atividades a centenas de quilômetros de distância através de conexões via satélite. A BHP planeja lançar sondas autônomas em todas as suas operações de minério de ferro da Austrália e em minas em outros lugares,

depois que testes na mina de Yandi, também em Pilbara, mostraram que os robôs produzem mais minério a um custo menor.

Mesmo assim, as empresas estão sob pressão para acelerar a inovação, já que suas opções para cortar custos estão acabando.

Em Escondida, a maior mina de cobre do mundo, a BHP está testando sensores que podem determinar se uma rocha sendo escavada tem valor ou é refugo, uma tecnologia que pode elevar em até 10% a graduação do cobre que é enviado para as unidades de processamento e reduzir a necessidade de expansões caras das fábricas no futuro.

Drones com sensores infravermelhos e zoom telescópico sobrevoam a mina de carvão de Goonyella Riverside, na região leste da Austrália, e ajudam a mostrar quando uma área que será detonada foi totalmente evacuada de pessoas e equipamentos, entre outras utilidades. Isso significa que os gerentes podem reunir informações sem ter que fretar veículos e aviões para cruzar toda a área, que se estende por 25 quilômetros de comprimento e 9,5 quilômetros de largura.

Ainda assim, a BHP e suas rivais podem ter problemas se automatizarem rápido demais à custa de empregos, especialmente na Austrália, onde grande parte da mão de obra é sindicalizada.

"Não automatizaremos tudo - há muitas razões pelas quais as pessoas são uma parte integral do processo", disse Jurgens.

Autor(es): Rhiannon Hoyle

Fonte: Valor Econômico

Data: 04/08/2016



INVERSÃO DO VETOR DE MAGNETIZAÇÃO AJUDA A IDENTIFICAR PRINCIPAIS ESTRUTURAS GEOLÓGICAS EM PROVÍNCIA AURÍFERA BRASILEIRA

A Inversão do Vetor de Magnetização (MVI) ajudou a identificar as principais estruturas geológicas em superfície e subsuperfície na região de Pontes e Lacerda, no Mato Grosso. A região é de baixa latitude magnética (-12°) e há ocorrência de diversas anomalias magnéticas com polaridade invertida ainda pouco compreendidas. O estudo foi apresentado pela Geosoft no SIMEXMIN 2016.

A região de Pontes e Lacerda tem estado em evidência recentemente. A descoberta de ouro na região atraiu garimpeiros em busca de ouro e motivou a equipe da Geosoft a testar a eficácia do método MVI utilizando dados aerogeofísicos cedidos pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM).

Utilizando o MVI, a equipe realizou uma inversão em alta resolução (150m x 150m x 75m) da área de estudo resultando em um voxel de 1083x750x44 células. O

modelo identificou com sucesso as principais feições geológicas e estruturais em superfície e possíveis fontes em subsuperfície. O processo delimitou muito bem anomalias magnéticas, contatos e estruturas ao longo de zonas de cisalhamento e indicou em profundidade a presença do embasamento, localizado abaixo de uma espessa cobertura holocênica na parte ocidental da área de estudo.

“Baixas latitudes tendem a ter anomalias bipolares, assim você comete erros se assumir que a magnetização ocorre apenas na direção do campo geomagnético”, diz Telma Aisengart, líder do projeto. “Nesse caso, o MVI representa melhor a situação real porque inclui a direção e a magnitude do vetor de magnetização”.

Os dados aeromagnéticos foram adquiridos a uma altura de 100m em relação ao terreno e linhas de voo com separação de 500m. Para evitar artefatos causados pela relação entre o grande espaçamento das linhas e a baixa altura de voo, a entrada para a inversão foi o dado gerado pela amostragem do grid de dado magnético com 10m de célula, continuado para cima 150m, de maneira a ter uma amostra por célula.

Pontes e Lacerda está localizada no sudoeste do Cráton Amazônico, onde ele é formado pela junção de terrenos paleo-mesoproterozóicos. Os domínios tectônicos Jauru e Rio Alegre são predominantes. A leste do Domínio Jauru ocorrem Granodioritos e rochas metavulcano-sedimentares de boa resposta magnética e com ocorrências de anomalias magnéticas com polaridade invertida pouco descritas na literatura, mas bem evidentes no modelo MVI resultante.

Na região, a província aurífera está associada à evolução tectono-termal mesoproterozóica da Faixa Móvel Aguapeí, que apresenta, em sua parte central, um conjunto de serras alinhadas NNW- SSE desenvolvidas em rochas metassedimentares e em seu embasamento e exibe intensa deformação. Ao longo desta faixa são registradas pelo menos 20 ocorrências auríferas em veios de quartzo e disseminado nas rochas encaixantes com controle estrutural e litológico bem marcados, incluindo a mina de São Francisco.

O estudo sugere que a exploração em regiões de baixa latitude magnética pode se beneficiar da representação mais acurada de estruturas e rochas que controlam a mineralização que o MVI fornece. “Você precisaria usar outros dados para corroborar suas conclusões”, diz Aisengart. “Mas os resultados do nosso estudo demonstram a eficácia desse tipo de inversão 3D e que esta pode ser útil para empresas que exploram ali”.

Mais informações estão disponíveis no site da [Geosoft](#)

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 21/07/2016



GOVERNO QUER DESMEMBRAR PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO DA MINERAÇÃO

A reforma do código de mineração deve ser fatiada em três projetos de lei independentes, caso o presidente interino Michel Temer seja confirmado no cargo. Andando de lado no Congresso Nacional desde meados de 2013, quando foi enviado pela presidente afastada Dilma Rousseff, o texto que atualiza o marco regulatório do setor nunca teve respaldo suficiente dos parlamentares - e muito menos da indústria mineral - para avançar.

O novo comando do Ministério de Minas e Energia pretende tirar esse assunto da letargia absoluta. Ainda não há uma fórmula pronta sobre como fazer isso, mas a tendência é dividir a atual proposta logo após a votação definitiva do impeachment. A ideia é levar adiante os pontos nos quais existe maior convergência.

Três assuntos correm paralelamente no projeto de lei que ficou parado na Câmara: o aumento dos royalties cobrados na exploração das jazidas, a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora e a modernização das regras em si. O código atual está em vigor desde 1967.

Na avaliação do ministério, em caso de desmembramento do projeto a maior chance de avanço está na alta da Compensação Financeira sobre a Exploração Mineral (Cfem). Quando a proposta foi redigida, o minério de ferro estava em sua máxima histórica e havia cobiça das autoridades em elevar a arrecadação com os royalties. Os municípios ficam com 65% do recolhimento.

Um das razões para a freada na tramitação do projeto foi o tombo nas cotações das commodities metálicas. O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, vê, no entanto, uma janela para sair do imobilismo, possivelmente com base em mudanças preparadas pelo antigo relator do projeto de lei, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG).

Hoje, as mineradoras pagam 2% da receita líquida com a exploração do ferro. Quintão havia proposto a taxação por um sistema de bandas flexíveis. Ele sugeriu 1% sobre o faturamento bruto quando a tonelada do minério ficar abaixo de US\$ 60. Subiria para 2% quando estiver entre US\$ 60 e US\$ 80, para 3% entre US\$ 80 a US\$ 100, e chegando a 4% quando ultrapassar US\$ 100.

Para o governo Temer, essa proposta pode contornar a resistência das empresas em pagar mais. Em uma lista de países com atividades minerais, como Austrália e Canadá, o Brasil desponta como o que tem as alíquotas mais baixas de royalties.

Logo em seguida, na lista de prioridades, está a criação da Agência Nacional de Mineração para substituir o DNPM. Sucateado e com forte aparelhamento político, a autarquia é alvo de críticas das próprias empresas. Há dificuldade, no entanto, em discutir com os deputados e senadores sua transformação em um órgão regulador mais profissionalizado com mandatos fixos para a diretoria. Isso impediria lideranças políticas

em Estados com produção mais pujante, como Minas Gerais e Pará, de indicar apadrinhados. Espera-se alguma resistência para votar esse projeto.

O último ponto do "tripé" encaminhado por Dilma, em 2013, eram as mudanças das regras em si. Havia uma proposta de licença única para o setor. Hoje, as atividades são divididas entre pesquisa e a exploração mineral propriamente dita. O direito de prioridade sobre a extração e venda das commodities pertence a quem iniciou o processo de pesquisa. Na visão do governo anterior, isso é o que fomenta a especulação em torno das jazidas.

O esquema de licitações públicas para áreas pesquisadas pelo governo nunca foi bem digerida pela iniciativa privada. Investidores apontavam o risco de interrupção na abertura de novas frentes de pesquisa. Longe de um consenso, a proposta travou na Câmara. O ministro Coelho Filho já havia dito, em entrevista publicada pelo *Valor* em maio, que gostaria de ter um código com "menos interferência".

Para o ministério, sem mexer nessas regras haveria mais chance de aprovar a alta dos royalties e, possivelmente, também a criação da agência reguladora para o setor. O desenho final deverá ser feito provavelmente em setembro.

Autor(es): Daniel Rittner

Fonte: Valor Econômico

Data: 05/08/2016



WILLIAM FREIRE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DNPM TRAZ NOVAS REGRAS SOBRE GUIAS DE UTILIZAÇÃO

Em 08/08/2016, o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral publicou a Portaria DNPM nº 256/2016, que entrou em vigor no mesmo dia.

O Dispositivo Legal alterou a redação do §2º do art. 102 da Portaria nº 155/2016, estabelecendo as condições de políticas públicas a serem consideradas na análise de requerimento de Guia fundado no art. 102, §1º, III, que prevê a excepcional possibilidade de comercialização de substâncias minerais antes da outorga de concessão de lavra, a critério do DNPM e de acordo com as políticas públicas estabelecidas.

Foram fixadas, assim, para efeitos de políticas públicas, as seguintes condições em relação à área objeto de pedido de Guia de Utilização:

1. Em situação de formalização da atividade e fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas, de acordo com os objetivos estratégicos do Plano Nacional de Mineração – 2030;
2. Que visarem a promoção do desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais;
3. Que se destinarem à pesquisa dos minerais estratégicos (abundantes, carentes e portadores de futuro) de acordo com os objetivos do Plano Nacional de Mineração – 2030;

4. Que visarem a garantia da oferta de insumos para obras civis de infraestrutura, para o desenvolvimento agrícola e da construção civil;

5. Com investimentos em setores relevantes para a Balança Comercial Brasileira, contendo substância necessária ao desenvolvimento local e regional; e

6. Com projetos que promovam a diversificação da pauta de exportação brasileira e o fortalecimento de médias empresas visando a conquista do mercado internacional, contribuindo para o superávit da balança comercial.

Para maiores esclarecimentos, entre em contato com o Departamento de Direito Minerário do William Freire Advogados Associados, através do telefone (31) 3261-7747 ou do e-mail minerario@williamfreire.com.br.

Fonte: William Freire Advogados Associados

Data: 09/08/2016

ESTADO DE MINAS

MINERAÇÃO ESPERA EXPANDIR 5% EM 2017, APESAR DA CRISE

Queda no preço do minério de ferro no mercado internacional, retração no consumo brasileiro de bens minerais em geral, indústrias paralisadas e o maior acidente ambiental da história. Os últimos anos não foram fáceis para a mineração brasileira – setor do qual a economia de Minas Gerais depende e é referência – e, agora, a área é alvo de divergências entre governo e empresas quanto aos efeitos da crise.

As mineradoras, representadas pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), já trabalham com a perspectiva de encerrar 2016 no mesmo patamar que a atividade tinha em 2015, segundo o presidente da instituição, José Fernando Coura.

Se houver investimentos em infraestrutura, ele está convencido de que o setor voltará a crescer até 5% em 2017.

Do ponto de vista do governo, a preocupação é com a redução sistemática de capital novo no setor, que garante bons resultados à balança comercial brasileira.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, disse nessa segunda-feira, em Belo Horizonte, que, por ano, o segmento vem colecionando quedas de mais de 15% em investimentos e que, dos quase 12 milhões de desempregados no país, grande parte reflete as dispensas na mineração.

No mesmo evento do qual participou o ministro, o presidente do Ibram, José Fernando Coura, informou que o setor não vive um mau momento e considerou a tragédia do rompimento da barragem de Fundão, da Samarco Mineração, em Mariana, na Região Central do estado, um acidente pontual.

Ele afirmou que em 2017 o setor deverá crescer até 5%. Além disso, o esperado Marco Regulatório para a mineração, segundo ele, não é relevante no momento.

Os dois pontos de vista sobre um setor que representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB, o conjunto da produção de bens e serviços no estado) ficaram evidentes durante o lançamento do estudo Panorama da mineração em Minas Gerais,

com dados compilados pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE).

Embora o levantamento mostre números significativos para o segmento, como os 60 mil empregos formais gerados pela mineração entre os anos de 2010 e 2013, os dados são referentes somente aos últimos três anos, excluindo aí o período do agravamento da crise econômica e a tragédia da barragem do Fundão, em Mariana, ambos em 2015. “O estudo se baseia em séries históricas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O país é muito ruim em estatística e o que tinha de substancial era até 2013. Mas vamos fazer uma segunda fase dele”, comentou Fernando Coura.

Segundo o presidente do Ibram, todos os últimos entraves pelos quais a mineração vem passando não foram suficientes para prejudicá-la. “A participação de 8% no PIB continua”, garantiu, justificando que o preço do minério de ferro, carro-chefe da produção brasileira, é flutuante e que o país aumentou a sua produção.

Segundo Coura, a crise de 2008 teve mais impacto do que a de 2015 sobre a atividade e, atualmente, as empresas já ajustaram suas operações. “Dentro do setor industrial, foi o que menos sofreu. Além disso, houve a alta do dólar, o que ajudou o setor. E não houve uma avalanche no desemprego.”

Sobre o ocorrido em Mariana – houve vazamento de 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos da exploração de minério de ferro da mineradora Samarco, tirando a vida de 19 pessoas –, Coura analisou como um caso referente a uma determinada empresa. “É um avião da companhia que caiu”, disse.

Retração nos resultados

A tragédia, no entanto, além das vítimas, afetou o resultado da indústria em Minas.

Em junho, a Fundação João Pinheiro divulgou dados mostrando que o PIB de Minas Gerais caiu 5,6% no primeiro trimestre de 2016, frente ao mesmo período de 2015, sob pressão do mau resultado da indústria.

A retração do setor foi de 4,2% de janeiro a março, influenciada pela queda da indústria extrativa, com reflexo direto do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, e a consequente suspensão das atividades da empresa, que é essencialmente exportadora de minério de ferro.

Ainda com visão otimista, Coura afirmou que, na pior das hipóteses, a mineração fechará 2016 com números parecidos aos de 2015. “Se houver uma retomada na infraestrutura, poderemos crescer até 5% em 2017”, apostou.

Porém, de acordo com o ministro Fernando Coelho, o setor precisa de investidores para se recuperar. “Estamos vendo países como a Argentina, Peru, Chile e Colômbia ganhando espaço e passando na nossa frente. É preciso voltar a atrair investimentos para o país”, afirmou.

Ele analisou que a crise econômica, em 2015, e “a brutal queda no preço do minério” contribuíram para a queda nos investimentos do setor. “O desaquecimento da economia em todos os setores impactou a mineração. Por ano, estamos tendo queda superior a 15% nos investimentos, que têm um saldo positivo na balança comercial”, disse.

O ministro ressaltou que a retomada da mineração vai depender da criação de ambiente atrativo para os investidores privados, o que vai ser definido depois do

processo eleitoral. “Não temos o dado certo de quanto foram os demitidos na área, mas com esses 12 milhões de desempregados no país, um setor que emprega como a mineração certamente foi um dos mais afetados em Minas”, concluiu.

Governo quer acelerar regulação

Encaminhado ao Congresso em 2013, o projeto do novo Marco Regulatório da Mineração ainda está em discussão.

O documento visa atualizar o marco vigente, que é de 1967, aumentar as receitas do governo federal e modernizar a relação entre as empresas e o setor público.

Para o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, a definição das mudanças pode ser a salvação para o setor. O fato de o projeto estar há alguns anos no Congresso, de acordo com ele, vem causando insegurança jurídica em investidores. “Desde que o marco chegou à Câmara dos Deputados, o número de investimentos na mineração tem caído no país”, disse.

A intenção, de acordo com o ministro, é acelerar a tramitação do projeto, uma vez que “diversos estados brasileiros estão sendo prejudicados por falta de definição”. “Estamos ouvindo as grandes e pequenas empresas da mineração sobre o que pode ser feito do ponto de vista regulatório. Precisamos criar investimentos e atrair investidores para o país”, afirma.

José Fernando Coura, presidente do Ibram, ressaltou que mudanças são bem-vindas, mas que alguns eventos políticos precisam ocorrer, como as reformas tributária, previdenciária e trabalhista. “Tem tanta demanda que esse (o marco regulatório) é um tema importante, mas não relevante para a sociedade. Ele não é um impeditivo de crescimento da atividade, ele cria uma insegurança jurídica”, afirmou, enumerando as principais políticas públicas para o setor. “Respeito aos contratos; um marco com bastante atratividade, como informação geológica e geofísica, e, principalmente, garantia e respeito para que se tenham condições jurídicas nos investimentos”, destacou. (LE)

Fôlego baixo

O Brasil registrou, de janeiro a julho, 1.098 pedidos de recuperação judicial de empresas, 75,1% a mais do que as 627 solicitações apresentadas no mesmo período de 2015, apontou o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. Em julho, as recuperações judiciais subiram 4,2% ante junho e avançaram 29,6% na comparação com idêntico mês do ano passado. As falências apresentaram 1.058 pedidos no país nos primeiros sete meses do ano, aumento de 9% em relação aos mesmos sete meses de 2015. De acordo com a consultoria Serasa Experian, há sinais de leve melhora da economia, mas ainda pesam sobre as empresas o fraco nível de atividade no país e os juros altos no sistema de crédito financeiro.

Autor(es): Luciane Evans

Fonte: Estado de Minas

Data: 09/08/2016



SETOR BRASILEIRO DE MINERAÇÃO PODE CRESCER 5% EM 2017, DIZ IBRAM

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) afirmou que o setor brasileiro de mineração voltará a crescer em 2017. De acordo com o presidente do instituto, José Fernando Coura, se houver investimentos em infraestrutura, a mineração pode crescer até 5% em 2017. A declaração de Coura foi feita ontem (8), no evento de lançamento do livro “Panorama da Mineração em Minas Gerais”, em Belo Horizonte (MG).

“Se houver uma retomada na infraestrutura, poderemos crescer até 5% em 2017”, disse Coura no evento que aconteceu no Museu de Minas e Metal da capital mineira. Segundo ele, as mineradoras têm a perspectiva de encerrar este ano no mesmo patamar que a atividade tinha em 2015.

Na mesma solenidade, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho, falou sobre “a brutal queda no preço do minério” e que, por ano, o setor minerário vem acumulando quedas em investimentos. “O desaquecimento da economia em todos os setores impactou a mineração. Por ano, estamos tendo queda superior a 15% nos investimentos, que têm um saldo positivo na balança comercial”, disse.

O ministro afirmou que a retomada da mineração depende da criação de ambiente atrativo para os investidores privados. “Não temos o dado certo de quanto foram os demitidos na área, mas com esses 12 milhões de desempregados no país, um setor que emprega como a mineração certamente foi um dos mais afetados em Minas”, declarou.

Segundo o presidente do Ibram, apesar dos últimos entraves pelos quais a mineração passou, a participação do setor na economia segue a mesma. “A participação de 8% no PIB continua”, afirmou. De acordo com Coura, o preço do minério de ferro é flutuante e o país aumentou a produção.

Coura disse que a crise de 2008 teve mais impacto do que a de 2015 sobre a atividade minerária e que as empresas ajustaram as operações. “Dentro do setor industrial, foi o que menos sofreu. Além disso, houve a alta do dólar, o que ajudou o setor. E não houve uma avalanche no desemprego”, declarou.

Retração

Em junho deste ano, a Fundação João Pinheiro divulgou dados do PIB de Minas Gerais, que caiu 5,6% no primeiro trimestre de 2016, frente ao mesmo período de 2015. A retração do setor de mineração foi de 4,2% de janeiro a março, influenciada pela queda da indústria extrativa, do rompimento da barragem de Fundão da Samarco, e a consequente suspensão das atividades da empresa.

De acordo com o ministro Fernando Coelho, o setor precisa de investidores para se recuperar. “Estamos vendo países como a Argentina, Peru, Chile e Colômbia ganhando espaço e passando na nossa frente. É preciso voltar a atrair investimentos para o país”, afirmou. Com informações do jornal Estado de Minas.

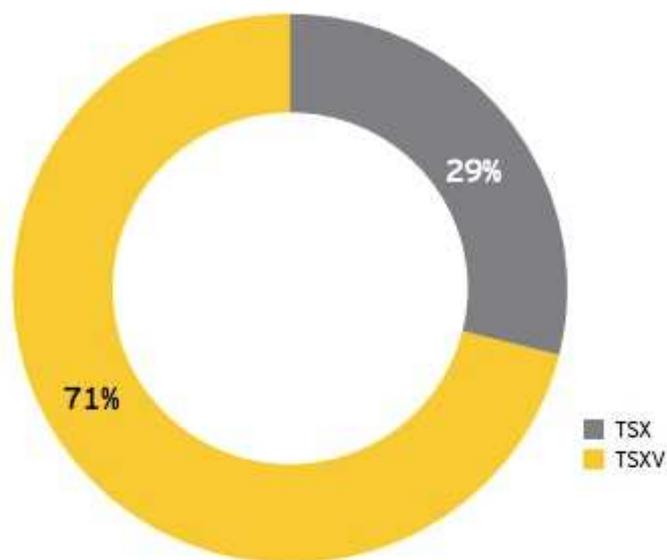
Fonte: Notícias de Mineração

Data: 09/08/2016

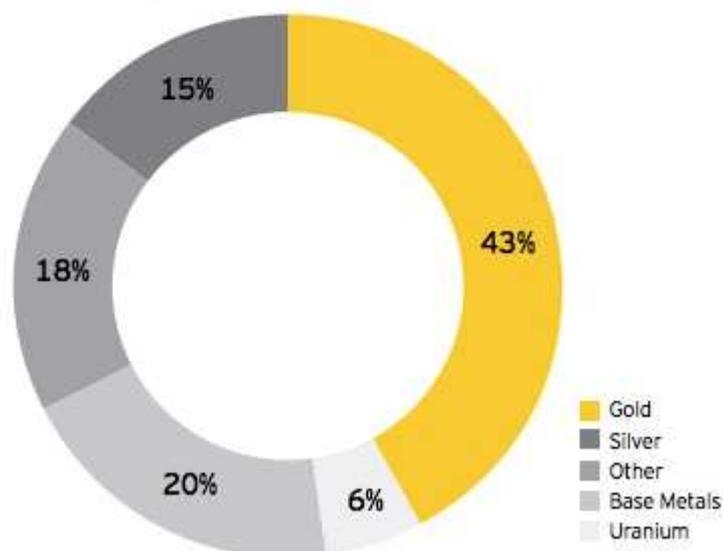
HERE IS WHY THESE MINING AND METALS COMPANIES LEFT THE TSX

An increased number of mergers and acquisitions in the mining industry was the main reason why more than 10% of the companies listed on the Toronto Stock Exchange and Toronto Venture Exchange vanished between 2014 and 2015, a new report shows.

According to Ernst & Young's latest study, 49 mining and metals companies delisted from the TSX and TSX-V in 2014 and a further 172 companies delisted in 2015.



The majority of the companies that delisted in 2015 were focused on the production, development or exploration of gold.



Several deals involved multiple listed companies joining together under one new public entity, and most included companies focused on gold. Other reasons for delisting varied:

40% due to M&A activity

37% on a voluntary basis

14% for a failure to meet continuous listing arrangements

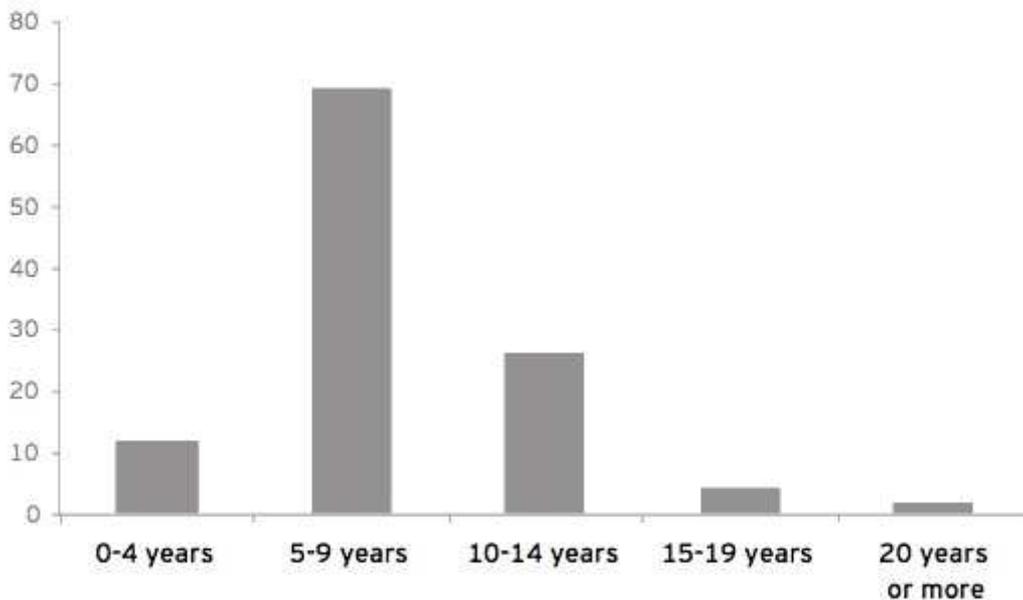
9% due to formal insolvency proceedings

"One thing we learned from our research is that Canadian stock exchanges are still viewed as an important place for juniors to raise capital," says Michelle Grant, EY's Mining & Metals Transactions Leader in British Columbia.

"For those who delist, our study shows that companies aren't turning to formal insolvency proceedings. They're moving to less prominent exchanges to preserve the ability to access the public markets," she notes.

Life span

The study reveals that the majority of the companies that delisted in 2014 and 2015 had been listed on the relevant exchange for 5 to 14 years.



Data for this chart is limited to information provided in TSX/TSXV listing report and does not include the full list of companies. Approximately 1/3 of the companies are excluded from this analysis.

Source: EY's report "What is driving delisting in the mining and metals sector in Canada?"

The study found out there was a 25% increase in delisting activity last year due to M&As when compared to 2014. Several of the deals involved multiple listed companies joining together under one new public vehicle, and most of those deals involved gold juniors.

E&Y also identified that the majority of the companies that delisted in 2015 were headquartered in BC, which is not surprising as 50% of Canada's mining and metals firms are headquartered in that province.

Autor(es): Cecilia Jamasmie

Fonte: Mining.com

Data: 11/08/2016



TRISTAR GOLD FINALIZA COMPRA DO PROJETO DE OURO CASTELO DOS SONHOS

A TriStar Gold disse ontem (21), em comunicado, que concluiu a aquisição do projeto de ouro Castelo dos Sonhos (CDS) no Pará. A compra custou US\$ 800 mil em dinheiro e 1 milhão de ações ordinárias emitidas em novo do vendedor.

Os vendedores vão ter ainda direito a royalties do tipo net smelter return (NSM) de 2%, dos quais metade podem ser comprados pela TriStar por um valor baseado nas reservas de ouro na época da compra; ao pagamento de um bônus de US\$ 1 por onça de ouro se as reservas provadas e prováveis, que constarem no relatório NI 43-101, excederem 1 milhão de onças; e ao pagamento de US\$ 3,6 milhões sobre a produção comercial.

A TriStar mantém uma opção de pagar US\$ 1,5 milhão antes de tomar uma decisão de produção em vez de pagar com produção.

“Temos agora a propriedade completa do CDS e estamos animados para iniciar a campanha de sondagem com os fundos levantados com a recente emissão privada. Acreditamos que o estudo econômico preliminar [PEA], programado para ser publicado em 2017, vai mostrar ao mercado o potencial total do CDS pela primeira vez”, disse Nick Appleyard, presidente e CEO da Tristar.

A mineradora canadense disse, na segunda-feira (18), que concluiu a emissão privada de 14,188,214 de unidades com as quais levantou US\$ 4.256.465. Esses recursos são para a compra de Castelo dos Sonhos, capital de giro e despesas gerais.

A TriStar opera no Brasil por meio das subsidiárias TriStar Mineração do Brasil e Mineração Castelo dos Sonhos que tem sete direitos minerários junto ao DNPM, sendo cinco autorizações de pesquisa e dois requerimentos de pesquisa, todos em Altamira (PA). Uma análise quantitativa de riscos, divulgada em fevereiro deste ano, apontou que o CDS pode ter, na melhor das hipóteses, até 4,3 milhões de onças contidas em 84 milhões de toneladas de minério.

Fonte: Notícias de Mineração

Data: 22/07/2016